

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

**GUIA PRÁTICO DE
ELABORAÇÃO E
SUBMISSÃO DE TESTES
PSICOLÓGICOS AO
SISTEMA DE
AVALIAÇÃO DE TESTES
PSICOLÓGICOS
(SATEPSI)**

Revisão Ampliada

XIX Plenário | Gestão 2022-2025

Conselheiras(os) efetivos:

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (*Presidente*)
Ivani Francisco de Oliveira (*Vice-Presidente*)
Izabel Augusta Hazin Pires (*Secretária*)
Célia Mazza de Souza (*Tesoureira*)
Carla Isadora Barbosa Canto
(*Secretária Região Norte*)
Clarissa Paranhos Guedes
(*Secretária Região Nordeste*)
Carolina Saraiva (*Secretária Região Centro Oeste*)
Roberto Chateaubriand Domingues
(*Secretário Região Sudeste*)
Neuza Maria de Fátima Guareschi
(*Secretária Região Sul*)
Antonio Virgílio Bittencourt Bastos (*Conselheiro 1*)
Raquel Souza Lobo Guzzo (*Conselheira 2*)

Conselheiros Suplentes:

Alessandra Santos de Almeida (*Suplente*)
Nita Tuxá (*Suplente*)
Evandro Morais Peixoto (*Suplente*)
Rodrigo Acioli Moura (*Suplente*)
Fabiane Rodrigues Fonseca (*Suplente Região Norte*)
Juliana de Barros Guimarães
(*Suplente Região Nordeste*)
Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo
(*Suplente Região Centro Oeste*)
Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro
(*Suplente Região Sudeste*)
Marina de Pol Poniwas (*Suplente Região Sul*)
Rosana Mendes Éleres de Figueiredo
(*Conselheira Suplente 1*)
Jefferson de Souza Bernardes
(*Conselheiro Suplente 2*)

Comissão de Revisão do Documento Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica

Evandro Morais Peixoto (Conselheiro Responsável)
Ana Cristina Resende
Ana Paula Porto Noronha
Carla Fernanda F. Rodrigues Kursancew
Carolina Rosa Campos
Caroline Tozzi Reppold
Daniela Sacramento Zanini
José Maurício Haas Bueno
Josemberg Moura de Andrade
Lucila Moraes Cardoso
Rauni Jandé Roama Alves
Sérgio Eduardo Silva de Oliveira

É permitida a reprodução desta publicação,
desde que sem alterações e citada a fonte.

Direitos para esta edição

Conselho Federal de Psicologia: SAF/ SUL,
Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala
104, 70070-600, Brasília/DF.
(61) 2109-0100 / e-mail: ascom@cfp.org.br /
www.cfp.org.br

Brasília, abril de 2024



Endereço: SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, sala 104
CEP: 70.070-600 – Brasília/DF, Brasil
Fone: (61) 2109-0100
www.cfp.org.br
facebook.com/conselhofederaldepsicologia
Twitter @cfp_psicologia
Instagram @conselhofederaldepsicologia

Coordenadora-Geral Estratégica

Emanuelle Silva

Coordenador-Geral Executivo

Rafael Menegassi Taniguchi

Gerência de Comunicação

Marília Mundim (Gerente)

Raphael Gomes (Assessor)

Marcela Andrade (Assessora)

Thaís Ribeiro (Assessora)

Gerência Técnica

Camila Dias Alves (Gerente)

Mariana dos Reis Veras (Analista Técnica)

Edição de Texto

MPM Comunicação

Projeto Gráfico e Diagramação

Tatiany dos Santos Fonseca

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guia prático de elaboração e submissão de testes psicológicos ao sistema de avaliação de testes psicológicos (Satepsi) [livro eletrônico] / Conselho Federal de Psicologia. -- Brasília : Conselho Federal de Psicologia, 2024.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-981913-4-4

1. Avaliação psicológica - Metodologia
2. Psicologia 3. Testes psicológicos - Manuais, guias, etc. I. Conselho Federal de Psicologia.

24-203872

CDD-150.287

Índices para catálogo sistemático:

1. Testes psicológicos : Manuais 150.287

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
1. ORGANIZAÇÃO E ASPECTOS GERAIS DO MANUAL TÉCNICO	8
2. GRÁFICOS, FIGURAS E TABELAS	11
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
3.1. A importância da fundamentação teórica para a busca de evidências de validade e para a atualização de normas	14
4. ESTUDOS DE VALIDADE E PRECISÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS	15
4.1. Atualização de estudos de evidência de validade e precisão de testes psicológicos	16
5. NORMAS DE TESTE PSICOLÓGICO	18
5.1. Atualização de Normas de Teste Psicológico.....	19
6. INSTRUMENTOS ESTRANGEIROS ADAPTADOS.....	21
7. REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO E JUSTIÇA SOCIAL	22
8. CHECKLIST PARA ELABORAÇÃO DO MANUAL TÉCNICO.....	24
9. TUTORIAL DE SUBMISSÃO DE INSTRUMENTOS AO SATEPSI	25
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	32

APRESENTAÇÃO

A Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) oferece uma versão ampliada do Guia Prático de Submissão de Testes Psicológicos ao Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi). Nesta versão constam, além das informações relativas à preparação de manuais de testes, aquelas relacionadas ao processo de submissão de testes ao Satepsi.

O objetivo deste Guia é auxiliar as autoras e os autores de testes psicológicos na organização do material a ser submetido ao Satepsi. Mais especificamente, este texto busca facilitar o aprimoramento dos manuais técnicos de testes psicológicos, de modo a torná-los mais compreensíveis ao leitor.

Inicialmente são descritas orientações gerais para a organização dos manuais técnicos de testes psicológicos. Em seguida, discute-se a apresentação de gráficos, figuras e tabelas e oferecidas recomendações para a fundamentação teórica. Aprofundando-se nos estudos psicométricos, há orientações para o relato dos estudos de evidências de validade e estimativas de precisão, bem como sobre os cuidados necessários com o processo de normatização dos escores e sobre os procedimentos de adaptação de instrumentos estrangeiros para o contexto brasileiro. Dando continuidade, são apresentadas reflexões sobre inclusão e justiça social. Ao final consta um checklist das informações importantes de conter no manual técnico e um tutorial com informações detalhadas para submissão de testes à plataforma do Satepsi.

1. ORGANIZAÇÃO E ASPECTOS GERAIS DO MANUAL TÉCNICO

Para organização dos tópicos do manual, recomenda-se a seguinte sequência: ficha síntese, fundamentação teórica, estudos de evidências de validade e estimativas de precisão, descrição dos materiais, instruções de aplicação, correção e interpretação, estudos e tabelas de normatização e exemplos de casos. Manter um padrão de organização dos tópicos facilita a apreensão do material por parte dos leitores.

Os manuais técnicos de testes psicológicos são heterogêneos e demandam diferentes discussões. Assim, caso seja necessário acrescentar ou retirar alguma parte, tenha cuidado para deixar o manual com uma organização lógica, de maneira que os principais tópicos (fundamentação teórica, evidências nacionais de validade e precisão e instruções de aplicação, correção e interpretação) sejam facilmente identificáveis. Sempre que possível e aplicável, sugere-se utilizar esses termos, pois facilitam o estudo do usuário do teste, bem como a avaliação dos pareceristas ad hoc do Satepsi.

No que se refere à fluidez do texto, convém destacar que a discussão de um mesmo assunto deve ser inserida em um único tópico. “Ir e voltar” aos conteúdos em diferentes seções do manual não favorece a compreensão. Além disso, evite autorreferências (exemplo: “as amostras foram grandes e representativas, conforme discutido em seção de normas – posterior a este capítulo”), pois elas dificultam a assimilação das informações e exigem parar a leitura, procurar o tópico de interesse (autorreferenciado) e voltar ao tópico anterior. Esse estilo de escrita, se não evitado, confere ao texto a impressão de desorganização. Lembre-se também que o manual do teste é fonte de consulta, de maneira que o usuário deve conseguir localizar rapidamente o tópico de interesse. A dispersão do mesmo assunto em diversos tópicos torna difícil essa consulta rápida.

Ao tratar do estilo de redação, é fundamental que a escrita seja didática e amigável. É preciso ter respeito às normas cultas da língua portuguesa, pois erros constantes dão a impressão de descuido ou de qualidade ruim do material. O manual técnico do teste psicológico não é um artigo científico, portanto, recomenda-se que os modelos teóricos que embasam o instrumento sejam apresentados de maneira acessível. Além disso, discuta os principais resultados das pesquisas científicas com o objetivo de embasar o uso do instrumento e a interpretação dos escores. Se necessário, ofereça boas referências para que o leitor possa aprofundar o conhecimento. Sempre que possível, apresente quadros, gráficos, figuras e tabelas para resumir as informações de modo organizado.

Deve-se ter cuidado especial com termos técnicos da psicometria. Eles precisam ser utilizados corretamente, evitando ambiguidades. Por exemplo, a correlação entre o escore do teste com outra medida diz respeito às evidências de validade com relação a variáveis externas e não à estrutura interna.

É importante adotar uma norma técnica (por exemplo: American Psychological Association [APA] ou Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT]) e padronizar todo o documento com a norma escolhida. Nesse aspecto, sugere-se especial atenção ao estilo de escrita da norma técnica e à padronização da lista de referências, termos e símbolos. A APA, por exemplo, disponibiliza uma lista dos símbolos mais utilizados nas análises de dados. Se possível, utilize-a.

Por ser a primeira seção que compõe o manual técnico do teste psicológico, a ficha síntese precisa apresentar os elementos essenciais do teste de maneira objetiva. A Resolução CFP nº 31/2022 determina que são elementos obrigatórios: nomes dos autores; objetivo do teste psicológico; público-alvo ao qual o teste é destinado (e que deve ser condizente com as características da amostra pesquisada); material necessário para aplicação e correção; tipo de aplicação e correção; e normas e síntese dos estudos psicométricos. Trate-se de informações importantes que, por serem resumidas, ajudam o usuário a escolher o instrumento conforme o objetivo da avaliação psicológica a ser realizada. Assim, recomenda-se que a ficha síntese seja bem adequada ao seu

fim, disponibilizando as principais informações do instrumento. Lembre-se que a ficha síntese é um dos critérios mínimos a ser considerado para a aprovação dos testes submetidos à apreciação do Satepsi.

Destaca-se que a descrição ou a apresentação dos estudos psicométricos para um formato de aplicação específico não permite a generalização para outros formatos. Deste modo, havendo mais de um formato de aplicação, será preciso apresentar estudos de equivalência entre eles ou descrever estudos de evidências de validade, precisão e normas para cada um dos formatos de aplicação declarados na ficha síntese.

Por fim, ressalta-se que o processo avaliativo de cada teste psicológico submetido ao Satepsi é realizado de forma individualizada. Para manter a transparência deste processo, a conclusão é publicada no Satepsi. Portanto, após a avaliação, o status de cada teste psicológico é atualizado e disponibilizado no sistema, acessível tanto para psicólogas(os) quanto para a sociedade em geral. Por isso, quando da submissão de nova versão de um teste psicológico, orienta-se que este seja identificado com nomenclatura que o distinga da versão anterior (por exemplo: versão atualizada, versão revisada, versão ampliada, sigla-II, entre outros).

2. GRÁFICOS, FIGURAS E TABELAS

Gráficos, figuras e tabelas resumem informações e facilitam a rápida identificação do conteúdo. Quando bem elaborados e organizados, devem ser intuitivos e de fácil compreensão. No entanto, alguns cuidados no seu desenvolvimento são indispensáveis. O autor deve dar especial atenção à diagramação: tabelas cortadas em duas ou três páginas não são adequadas; colunas desalinhadas tendem a dificultar a leitura; dados apresentados de forma inadequada são obstáculos à compreensão.

Sugere-se não importar e colar gráficos, figuras e tabelas diretamente do software de análise de dados sem a devida edição. As saídas dos softwares, usualmente, contêm uma grande quantidade de informação para auxiliar as análises dos dados; no entanto, nem todas são úteis para a compreensão dos aspectos técnicos do instrumento. Nesse caso, informações desnecessárias eventualmente desestimulam a leitura e desfocam dos aspectos técnicos importantes. Portanto, opte por apresentar gráficos, figuras e tabelas diagramados, de forma didática e com informações relevantes para o uso do instrumento.

Ainda que os gráficos, figuras e tabelas possam facilitar a visualização da estrutura textual, perdem a utilidade quando são muito grandes. Em alguns casos, sequer caberão em uma folha, tornando-os provavelmente incompreensíveis. Se necessário, omita do gráfico algum parâmetro menos importante (declarando a omissão na nota da figura). Por outro lado, quando bem elaborados, gráficos de modelos latentes podem facilitar a compreensão de estruturas complexas. Sempre avalie a pertinência desse tipo de apresentação, assim como se o resultado final será, de fato, intuitivo ou se dificultará a compreensão dos resultados.

Nos gráficos, figuras e tabelas, sugere-se cuidado com abreviações e termos em línguas estrangeiras. Sempre que possível, use as definições completas, sem abreviações. Contudo, para melhor aproveitamento de espaço, quando a abreviação for inevitável, descreva o termo completo na nota da

tabela. Caso contrário, a leitura da tabela torna-se ambígua. Por exemplo, em uma tabela para dados de personalidade, a abreviação “Ext” pode se referir à “Extroversão” ou à variável “Externa”. Termos em língua estrangeira devem ser evitados ao máximo e, quando utilizados, devem ser acompanhados de uma explicação técnica ou de sua tradução.

Ao disponibilizar um gráfico, figura ou tabela, introduza-o no texto e comente os resultados mais relevantes, para então apresentar um novo gráfico, figura ou tabela. Muitos gráficos, figuras ou tabelas disponibilizadas em sequência, sem serem intercalados com as discussões acerca de seus conteúdos, atrapalham a leitura e desestimulam o leitor a compreender os resultados. A essa sugestão, excetuam-se tabelas que tratam do mesmo assunto (por exemplo: tabelas normativas, para as quais não há motivos para comentários específicos).

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Deve haver objetividade na exposição dos conceitos teóricos que fundamentam o instrumento. No entanto, a objetividade não implica em uma escrita superficial. A precisão na escrita e coesão entre a revisão de literatura e o objetivo avaliativo do instrumento é imprescindível.

Primeiramente, defina de maneira explícita os construtos mensurados pelo instrumento. Construtos psicológicos, ainda que sob o mesmo nome, podem abarcar definições e modelos teóricos completamente distintos. Por exemplo, Psicoticismo é um termo que tem definições distintas entre o modelo de Eysenck e dos traços patológicos da personalidade do Modelo Alternativo para Transtornos da Personalidade no DSM-5. Assim, as definições das dimensões do instrumento não podem ficar relegadas às entrelinhas da revisão teórica e devem ser explicitamente descritas.

Além disso, evite assuntos tangenciais que conduzam o texto à fuga do tema (por exemplo, apresentar uma revisão teórica sobre atenção para um instrumento de inteligência). Sabe-se que atenção e inteligência são construtos correlacionados, mas se o teste não se propõe a avaliar aquele conceito, evite relatá-lo. Existem exceções, como quando algum construto tangencial interfere nos resultados do construto principal ou na busca de evidências de validade concorrente ou convergente, por exemplo.

Nestes casos, é importante que os autores explicitem a relação teórica entre os construtos, de modo a justificar a escolha das análises estatísticas a serem realizadas nos estudos psicométricos. Quando for necessário discutir um tema tangencial, justifique a “fuga” do tema principal e articule a relação de maneira coesa.

No que diz respeito à objetividade da revisão teórica, evite exposições longas da história do construto. Eventualmente, é possível apresentar o histórico do construto, porém concentrar-se nessa informação pode retirar o foco de aspectos fundamentais, tais como o conceito em si e o modelo que embasa o instrumento. Evite também a apresentação de modelos teóricos não utilizados no instrumento,

ainda que se relacionem ao mesmo construto, pois pode confundir o leitor sobre qual modelo, de fato, embasa o instrumento. Portanto, elabore de maneira objetiva a revisão dos modelos teóricos que sustentam a interpretação dos escores do teste psicológico.

Caso necessário, apresente o que for mais relevante para a contextualização histórica do conceito, concentrando a revisão teórica naquilo que é fundamental para a interpretação dos escores.

Finalmente, é aconselhável dar atenção às referências bibliográficas disponibilizadas. Sempre que pertinente, mencione os textos clássicos, bem como os mais recentes. Indicar boas referências pode ajudar o usuário a aprofundar o conhecimento na área e a melhorar a interpretação dos escores do instrumento.

3.1. A importância da fundamentação teórica para a busca de evidências de validade e para a atualização de normas

Os testes psicológicos são construídos à luz de preceitos teóricos que subsidiam a construção dos itens e a análise dos estudos psicométricos. Dessa forma, é imperativo que a fundamentação justifique a construção dos itens, bem como todas as análises realizadas, incluindo os estudos de evidências de validade, a estimativa de precisão e a construção das normas. Por exemplo: ao se optar por demonstrar evidência de validade com base em um critério concorrente o autor deve discutir a relevância daquele critério para a avaliação do construto em questão na fundamentação teórica do manual técnico de teste psicológico.

É importante que a fundamentação teórica apresentada seja pertinente e atualizada, embasada em evidências científicas e capaz de descrever o construto abordado pelo instrumento e seu contexto. Isto garante melhor compreensão da evolução histórica do construto, assim como sua aplicação no momento atual, auxiliando na compreensão dos dados demonstrados nos estudos psicométricos e tabelas normativas. Este aspecto é especialmente relevante quando se trata de testes psicológicos aprovados pelo Satepsi em anos anteriores e que estão tendo seus estudos de normas ou validade renovados.

4. ESTUDOS DE VALIDADE E PRECISÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS

Com relação aos estudos de busca de evidências de validade e de estimativas de precisão, descreva os estudos utilizando termos condizentes com o anexo da Resolução CFP nº 31/2022, Standards for Educational and Psychological Tests (AERA, APA, & NCME, 2014) e Guidelines da International Test Commission (ITC) ou outros que venham a substituí-los. Os tipos de validade não são consensuais na literatura da psicometria. No entanto, a padronização dos termos técnicos de validade e precisão facilitam a leitura e a compreensão do instrumento.

Especificamente sobre a validade, sugere-se o uso da classificação das cinco fontes de evidências da validade dos Standards: Conteúdo; Relação com Variáveis Externas; Estrutura Interna; Consequências; e Processo de Resposta (AERA, APA, & NCME, 2014). Quando for inevitável utilizar algum termo técnico que não esteja contido na Resolução CFP nº 31/2022 ou outra que venha a substituí-la, o autor deve apresentar uma breve descrição deste termo, bem como referências atualizadas que sustentem o termo utilizado.

Tenha cuidado com os termos técnicos. Evite usar “validade de construto” para se referir aos estudos de evidência de estrutura interna e convergente. A definição de validade de construto é muito ampla, inespecífica e abarca diferentes fontes de validade, bem como muitas técnicas. Praticamente todas as fontes de evidências de validade estão incluídas no conceito de validade de construto, sendo que o termo entrou em desuso (AERA, APA, & NCME, 2014).

Sugere-se cautela com os critérios externos escolhidos para relacioná-los com os escores do teste, que devem apresentar relação teórica com o construto psicológico. Por exemplo, o diagnóstico clínico pode ser utilizado como critério para os estudos de evidências de validade de um instrumento de

transtornos da personalidade. De outra forma, também é possível correlacionar a idade com os escores de inteligência, pois esse construto tem desenvolvimento conhecido ao longo das faixas etárias.

De qualquer modo, justifique teoricamente a relação esperada entre o construto psicológico mensurado pelo teste e a variável-critério investigada no estudo. No entanto, não convém utilizar variáveis sociodemográficas, como sexo, idade e região geográfica de maneira indiscriminada ou sem justificativa teórica para busca de evidência de validade de todos os construtos psicológicos.

Quando a idade for uma variável relevante para o construto do teste psicológico, torna-se necessário que os agrupamentos das faixas etárias sejam teoricamente fundamentados e tenham respaldo nos dados coletados. Sempre que possível e justificado teoricamente, apresente estudos de funcionamento diferencial dos itens (Differential Item Functioning - DIF). Essa prática auxilia a evitar eventuais injustiças na avaliação, identificando e corrigindo itens que apresentam vieses em favor de algum grupo específico. Estudar constantemente essas fontes de vieses e propor soluções para elas aumenta a robustez do instrumento e contribui para a promoção de avaliações psicológicas justas.

No que tange aos estudos de evidências de validade e estimativas de precisão, destaca-se a importância da atualização dos recursos analíticos pertinentes ao tipo de estímulo do teste psicológico. Sugere-se que os autores dêem preferência aos métodos reconhecidamente robustos e que sejam coerentes com os avanços nacionais e internacionais da área da avaliação psicológica e da psicometria.

4.1. Atualização de estudos de evidência de validade e precisão de testes psicológicos

É importante que os autores estejam atentos aos prazos dos estudos de evidências de validade estabelecidos pelas Resoluções vigentes do CFP. Na atualização deve-se apresentar as justificativas e a fundamentação teórica que embasam a investigação e as estratégias de validade empregadas. As boas práticas orientam

que sejam declaradas as hipóteses que demarcam evidências de validade (por exemplo: força e direção das correlações, número de fatores do modelo, diferenças esperadas entre grupos, etc.).

Salienta-se a necessidade de apresentação de um estudo de estrutura interna, quando for cabível ao construto e ao tipo de teste. A estrutura interna pode incluir análises fatoriais exploratórias, análises fatoriais confirmatórias e/ou modelagem de equação estrutural. Análise de invariância multigrupo e análise de funcionamento diferencial de itens podem complementar informações acerca do funcionamento do teste (estrutura ou dificuldade) em relação a diferentes amostras definidas por critérios teoricamente justificados. Análises baseadas na Teoria de Resposta ao Item podem também evidenciar a estrutura interna da medida. Nesse caso, é imprescindível considerar os pressupostos dessas análises como, por exemplo, no modelo Rasch que pressupõe unidimensionalidade. Para todos os casos, é crucial informar os usuários acerca dos indicadores de qualidade de ajuste obtidos e os coeficientes encontrados. Destaca-se que, no caso dos autores observarem uma estrutura fatorial diferente da obtida no teste original, esta versão demandará uma atualização da fundamentação teórica, definições constitutivas e operacionais, estudos de evidências de validade, estimativas de precisão e estudos de normatização. Portanto, não deve ser considerado como Atualização de Evidências de Validade e sim submissão de novo teste.

Para além do estudo de estrutura interna (quando cabível), é obrigatória a apresentação de mais estratégias de evidências de validade relacionada a variáveis externas, podendo ser: 1) evidências de validade de critério (concorrente e/ou preditiva); 2) evidências de validade convergente; 3) evidências de validade discriminante; 4) evidências de validade com construtos correlacionados; 5) evidências por estudos experimentais ou quase-experimentais; 6) evidências de validade baseadas no processo de resposta.

Os achados devem ser descritos e discutidos de modo a auxiliar os usuários a interpretarem os escores do teste com base nas evidências de validade encontradas. Cabe ainda destacar que é crucial a apresentação das estimativas de precisão, tendo em vista que esse coeficiente envia os resultados das análises feitas nas investigações de validade.

5. NORMAS DE TESTE PSICOLÓGICO

Um dos aspectos técnicos mais relevantes para a prática da testagem psicológica diz respeito ao processo de normatização dos escores. Neste sentido, é importante que se descreva os critérios de seleção da amostra, o detalhamento dos procedimentos de coleta de dados e apresente o maior detalhamento possível da amostra que compõe o estudo normativo do instrumento. Ressalta-se que os estudos normativos devem ser precedidos dos estudos de evidências de validade e estimativas de precisão relacionados a amostra descrita, bem como a justificativa dos procedimentos analíticos adotados na construção das normas.

Deve-se ainda explicitar o número de participantes por faixa etária, formato de aplicação (individual ou coletiva; presencial ou remota; síncrona ou assíncrona), regiões geopolíticas, entre outras características relevantes ao construto estudado. Isso permite ao usuário contextualizar os escores do grupo normativo estimados pelo teste.

No que diz respeito às amostras separadas por subgrupos (sexo e/ou gênero, faixa etária, identidade étnico-racial, região geopolítica, escolaridade, entre outros), sugere-se cuidado especial em relação à justificativa teórica e técnica para a separação em subamostras, atenção aos princípios de justiça e direitos humanos e consideração ao quantitativo amostral adequado por subgrupos.

É recomendável descrever no Manual a justificativa técnica para a separação em subamostras de normatização. Tais partições podem, potencialmente, ajudar a promover avaliações psicológicas mais justas. No entanto, tecnicamente, diminuem o poder de comparação, e, paradoxalmente, podem reduzir a própria justiça.

Usuários de testes podem usar tabelas normativas separadas por subgrupos por acharem mais representativas. No entanto, isso nem sempre é adequado. Por exemplo, o que é mais adequado: comparar o indivíduo avaliado

com uma amostra nacional de 2.000 pessoas ou compará-lo com uma amostra de 50 pessoas de um grupo específico? Nesse caso, qual tabela normativa é mais justa? Embora não se tenha uma resposta única para todos os casos, é possível mencionar algumas diretrizes. A primeira delas diz respeito ao DIF. Instrumentos que contenham itens com DIF exigem soluções, seja por estimação dos escores por TRI com parametrização distinta entre os grupos (por exemplo, estimar os escores com níveis diferentes de dificuldade), seja por normas distintas entre os grupos.

Uma segunda reflexão refere-se aos casos em que há diferenças de média, mas não há DIF. Por exemplo, quando os itens de um instrumento de personalidade não têm DIF para gênero, mas há diferenças nas médias entre os grupos. Nesse caso, também é justificável a separação das tabelas normativas, desde que os grupos sejam bem representados nas amostras normativas. Sugere-se aos autores que, em ambos os casos, apresentem exemplos de como e quando usar tabelas normativas separadas por subgrupos. Tais exemplos devem atentar para o contexto de possíveis aplicações do instrumento.

Independente de eventuais divisões das tabelas normativas, sugere-se apresentar também as normas gerais. Ressalta-se que a decisão sobre qual tabela utilizar em cada caso específico é de responsabilidade da psicóloga e psicólogo, que deve avaliar o contexto da demanda e especificidades do indivíduo examinado. Contudo, o manual técnico deve apresentar as justificativas teóricas, exemplos práticos e orientações básicas que auxiliem a psicóloga e o psicólogo na tomada de decisão de qual tabela normativa utilizar em cada avaliação específica, considerando os aspectos éticos e da justiça em avaliação psicológica.

5.1. Atualização de Normas de Teste Psicológico

Os estudos de atualização de normas de testes psicológicos devem ser realizados em concordância com os resultados dos estudos de evidências de validade, estimativas de precisão e estudos de diferenças entre grupos, cuja

relevância para o construto tenha sido fundamentada teórica e tecnicamente. Cuide para que todas as faixas etárias consideradas para o instrumento sejam contempladas com um número adequado de participantes.

Caso a atualização de normas contemple ampliação da amostra por idade, nível de escolaridade, entre outras características, ou contemple novas subcategorias amostrais, é necessário que uma nova submissão do teste ao Satepsi seja realizada. Isso significa um avanço importante e desejável, e caracteriza um novo teste psicológico. Desta forma, deve-se submeter no sistema como novo teste e atender a atualização da fundamentação teórica, estudos de evidências de validade, estimativas de precisão pertinentes e novos estudos normativos.

É imprescindível que, ao apresentar o estudo de atualização de normas, a fundamentação teórica do construto também seja atualizada indicando os avanços teóricos e a pertinência teórica da manutenção ou alteração dos itens ou fatores. Em caso de alteração faz-se necessária nova submissão do teste.

Ao apresentar uma forma de coleta de dados diferente do formato original (lápiz e papel, informatizado, remoto, individual, coletivo), é necessário apresentar estudos de equivalência de acordo com a Resolução vigente. Em caso de não equivalência, faz-se necessária nova submissão do teste.

6. INSTRUMENTOS ESTRANGEIROS ADAPTADOS

Instrumentos internacionais adaptados apresentam vantagens e desvantagens. A grande vantagem é a possibilidade de estudos transculturais e melhores comparações com a literatura internacional. A desvantagem é que o processo de adaptação é complexo e, nem sempre, resulta em um instrumento com itens adequados à nossa cultura.

Primeiramente, sugere-se avaliar se as vantagens do uso de um instrumento estrangeiro superam as desvantagens. Mesmo para instrumentos estrangeiros com inúmeras evidências de validade e precisão, é necessário apresentar estudos nacionais. Ressalta-se que as evidências são, normalmente, dependentes da amostra, portanto, se a proposta é utilizá-lo no Brasil, é necessário apresentar estudos que sustentem a sua qualidade no contexto nacional. Nesse sentido, não é mandatório que o manual do teste apresente os estudos internacionais de busca de evidências de validade e estimativas de precisão. Contudo, é imprescindível que apresente estes estudos para a população brasileira.

Ao descrever os estudos, deve ser explicitado quais resultados são da versão estrangeira do instrumento e quais são nacionais. Para garantir a organização do material, sugere-se apresentá-los em seções separadas (estudos estrangeiros de validade e precisão; estudos nacionais de validade e precisão). Se apresentadas as normas dos estudos estrangeiros em países específicos, deve-se alertar o leitor que se tratam de normas não aplicáveis às avaliações psicológicas profissionais no Brasil.

Destaca-se que é condição mínima apresentar evidências de validade e precisão oriundas de estudos nacionais. Além disso, as evidências de validade, estimativas de precisão e normas descritas nos estudos internacionais não são contabilizadas como critérios mínimos para a aprovação do instrumento no processo de avaliação do Satepsi. Pondera-se que o relato dos estudos estrangeiros deve ser apresentado quando contribuir para a fundamentação do instrumento.

7. REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO E JUSTIÇA SOCIAL

Acompanhando as discussões da área de Avaliação Psicológica em níveis nacional e internacional¹, que visam o cuidado e direitos humanos, a CCAP, desde a Resolução CFP nº 05/2012 e Ano Temático 2011/2012, orienta a consideração destes aspectos no processo de construção de testes psicológicos.

Nota-se, também, um maior investimento de autores de testes psicológicos para aprimorar e desenvolver estratégias que viabilizem a equidade e a diversidade, estando alinhadas à acessibilidade e aos direitos humanos. É importante que os autores estejam atentos ao cumprimento do Código de Ética Profissional da Psicóloga e do Psicólogo no Brasil, evitando reproduções de injustiças sociais em relação às pessoas com deficiência, diferentes expressões de gênero, identidades étnico-raciais, níveis socio-econômicos e educacional, entre outras.

Na construção dos itens, recomenda-se considerar aqueles apropriados à população alvo do instrumento, atentando-se a sua universalidade ou especificidade necessária. Para instrumentos construídos para pessoas com deficiência, por exemplo, precisam ser apresentados cuidados em relação à acessibilidade arquitetônica e da aplicação do instrumento, bem como do formato de aplicação (presencial, remota ou mediada por computador).

Há discussões proeminentes relacionadas aos direitos humanos e à diversidade sexual e de gênero. Ao escolher grupos, evitar reforçar estigmatização ou preconceitos. Assim, é fundamental que os condicionantes envolvidos na caracterização da população alvo sejam bem descritos. Deve-se evitar que pessoas pertencentes a minorias étnicas, grupos socialmente marginalizados ou desfavorecidos sejam desproporcionalmente afetadas pela formulação, planejamento e execução do estudo do teste.

¹ A International Test Commission (ITC) e de “justiça na testagem” do Standards for Educational and Psychological Testing (AERA et al., 2014).

Além disso, vale refletir sobre o paradoxo observado a partir do aumento da frequência dos estudos das propriedades psicométricas dos instrumentos por meio de amostras acessadas remotamente. Por um lado, essa estratégia metodológica possibilitou acesso a maiores números de participantes, avanços quanto à extensão territorial e, portanto, a criação de normas interpretativas que contemplem as diferentes regiões brasileiras. Por outro lado, o que se observa é uma homogeneidade dos participantes acessados nos estudos quanto aos aspectos socioeconômicos, nível educacional, identidade étnico-racial, identidade de gênero.

Recomendamos que autores busquem acessar amostras que de fato sejam representativas da diversidade da população brasileira em suas diferentes expressões. Esses esforços contribuirão para o conhecimento de como os construtos psicológicos se expressam por meio dos testes psicológicos, em populações específicas ou minorias sociais, o que auxiliará no enfrentamento de injustiças sociais.

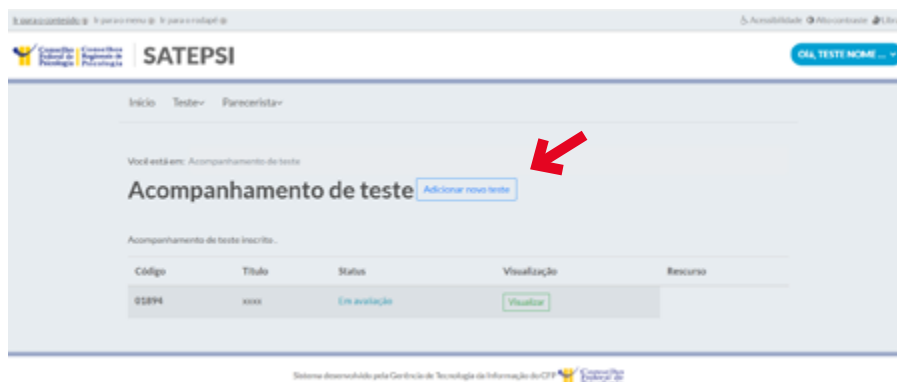
8. CHECKLIST PARA ELABORAÇÃO DO MANUAL TÉCNICO

- Apresenta a Ficha Síntese;
- Descreve os materiais que compõem o teste;
- Descreve os construtos e modelos abordados;
- Relata a análise dos itens (quando aplicável);
- Apresenta indicadores de precisão;
- Apresenta, no mínimo, dois estudos de evidências de validade, sendo um de estrutura interna (quando aplicável);
- Descreve os estudos de normatização (e justificativa para separação por subgrupos);
- Apresenta as instruções de aplicação, correção e interpretação;
- Apresenta exemplos de correção e interpretação.

9. TUTORIAL DE SUBMISSÃO DE INSTRUMENTOS AO SATEPSI



Entrar no Satepsi com seu Login e Senha:



Certifique-se que o teste está de acordo com a Resolução vigente do CFP. Caso positivo, assinale a caixa de seleção indicada na figura. Na sequência, siga as orientações para preenchimento das informações: Nome do teste

Início Teste+ Parecerista+

Você está em: Início > Teste Psicológico

Teste Psicológico

Descrição Geral Fundamentação Teórica Precisão Validade Normas Manual

A - Descrição Geral do Teste Psicológico

Declaro que o presente teste atende a Resolução CFP nº 31/2022 e especificamente os critérios do item 6) JUSTIÇA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA.

A1. Nome do teste Sigla do teste

XXXX XXXX

A2. Autores Adicionar

XXXX X



Clique em “adicionar” caso queira acrescentar mais autores.

Início Teste+ Parecerista+

Você está em: Início > Teste Psicológico

Teste Psicológico

Descrição Geral Fundamentação Teórica Precisão Validade Normas Manual

A - Descrição Geral do Teste Psicológico

Declaro que o presente teste atende a Resolução CFP nº 31/2022 e especificamente os critérios do item 6) JUSTIÇA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA.

A1. Nome do teste Sigla do teste

XXXX XXXX

A2. Autores Adicionar

XXXX X

A3. Responsável Técnico (Digite o CPF e selecione o regional para que o sistema localize o profissional no Cadastro Nacional*)

Digite o CPF Selecione o regional Selecione

Dicas

- Preencha uma aba por vez. Após salvar, a próxima aba ficará disponível para preenchimento.
- Após salvar as abas, clique na opção “Confirmo o envio para o CFP” e salve para que o cadastro seja finalizado.



Para acrescentar o responsável técnico, digite o CPF da(o) psicóloga(o) que ficará responsável e responderá pelo teste no Sistema Conselhos de Psicologia. O nome completo, CRP e e-mail da(o) profissional será importado do Cadastro Nacional de Psicólogos.

Início Teste▼ Parecerista▼

Você está em: Início > Teste Psicológico

Teste Psicológico

Descrição Geral Fundamentação Teórica Precisão Validade Normas Manual

A - Descrição Geral do Teste Psicológico

Declaro que o presente teste atende a Resolução CFP nº 31/2022 e especificamente os critérios do item 6) JUSTIÇA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A1. Nome do teste Sigla do teste

xxxx xxxx

A2. Autores Adicionar

xxxx X

A3. Responsável técnico (Digite o CPF e selecione o regional para que o sistema localize o profissional no Cadastro Nacional)

Digite o CPF Selecione o regional Selecionar

A2. Autores Adicionar

xxxx X

Novo autor X

Para finalizar a aba Descrição, informe o nome da Editora e selecione as opções que caracterizam o teste em relação a Ficha Síntese, Formato de Aplicação e Formato de Correção no material que será anexado. Será importante especificar o formato de aplicação (individual ou coletiva; presencial ou remota; síncrona ou assíncrona). Posteriormente, caso não sejam apresentados estudos de equivalência entre os diferentes formatos de aplicação, deverão ser descritos os estudos de evidências de validade, precisão e normas para cada formato de aplicação declarado.

A4. Editora

Selecione uma editora

Editora não cadastrada

*Caso a editora não conste na lista acima, por favor escreva abaixo:

A5. Possui Ficha Síntese no Manual (objetivo, público-alvo, material, aplicação e correção):

Sim

Não

A6. Aplicação:

Individual

Coletivo

Informatizado

Não Informatizado

On line (remoto)


Exige intervenção adicional do aplicador durante a aplicação (por ex. testes de aplicação individual que exigem Inquérito, controle do tempo, manipulação do material, etc.)

A7. Correção:

Informatizado

Não Informatizado

* É necessário clicar no botão salvar/Incluir para salvar o conteúdo da aba

Sistema desenvolvido pela Gerência de Tecnologia da Informação do CFP  Conselho Federal de Psicologia

Lembrete: Ao final de cada aba, será preciso clicar em “incluir” para salvar o conteúdo da aba. Só será permitido avançar para próxima aba se todos os dados estiverem devidamente preenchidos.

Na aba Requisitos Técnicos, defina os construtos e as variáveis/dimensões que o teste pretende avaliar (B1) e informe qual(is) construto(s) o teste avalia (B2). Também forneça informações sobre a tradução, caso se trate de material traduzido de outro idioma. Caso não seja uma tradução, clique em “não se aplica”.

Você está em: [Início](#) > [Teste Psicológico](#)

Teste Psicológico

[Descrição Geral](#)
[Fundamentação Técnica](#)
[Precisão](#)
[Validade](#)
[Normas](#)
[Manual](#)

B - REQUISITOS TÉCNICOS

B1. Defina os construtos, variáveis/dimensões que o teste pretende avaliar:

xxxx

B2. Categorização do(s) construto(s) que se pretende avaliar:

- Aprendizagem
- Atenção
- Condutas sociais/Desviantes
- Crenças/Valores/Atitudes
- Desenvolvimento
- Habilidades/Competências
- Inteligência
- Interesses/Motivações/Necessidades/Expectativas
- Personalidade
- Processos afetivos/emocionais
- Processos Neuropsicológicos
- Processos perceptivos/cognitivos
- Saúde Mental e Psicopatologia
- Técnicas Projetivas
- Outros

Outros

B3. Procedimento de adaptação, quando traduzido de outro idioma

Descrição satisfatória do procedimento de tradução e adaptação à língua portuguesa e cultura brasileira dos estudos de equivalência com a versão original.

Sim
 Não
 Não se aplica

Salvar *É necessário clicar no botão salvar/fechar para salvar o conteúdo da aba

Dicas

> Preenche uma aba por vez. Após salvar, a próxima aba ficará disponível para preenchimento.

> Após salvar as abas, clique na opção "Confirma e envio para o CPF" e salve para que o cadastro seja finalizado.

Nas abas seguintes sobre Precisão, Validade e Normas, informe os dados sobre os estudos realizados explicitando o delineamento utilizado. O preenchimento correto dessas informações pode ser útil para elucidar possíveis dúvidas que pareceristas e relatores do Satepsi possam vir a ter ao ler o Manual Técnico do Teste Psicológico submetido.

Especificamente sobre as normas, reforçamos a importância de informar com exatidão a idade da amostra usada para composição das tabelas normativas, bem como evidenciar outras características que possam ser úteis para definição do público-alvo. Essas informações, usualmente, são exportadas

para Lista de teste psicológicos favoráveis. O campo Observação é opcional e poderá ser preenchido para descrever especificidades do público alvo. Para o campo Público Alvo, informar para quem o instrumento se destina.

BB.1] Sistema referenciado à norma:

Sim Não

Idade de: Até

Observação

Público Alvo

Na aba Manual, faça upload do Manual (Atenção: o arquivo deve estar em formato .zip e ter no máximo 10 mb) e inclua a carta de anuência do autor do teste. Lembre-se de, se for o caso, também disponibilizar o protocolo do teste/ folha de respostas para que seja possível avaliar os itens e a organização do material. Por fim, clique em “Confirmo o envio para o CFP” e em Salvar.

Você está em: Início > Teste Psicológico

Teste Psicológico

Descrição Geral Fundamentação Teórica Precisão Validade Normas **Manual**

Manual

Selecionar arquivo:

Nenhum arquivo escolhido

*arquivo precisa estar no formato .zip

*arquivo deve possuir no máximo 10mb

Tem que enviar material em anexo?

Sim Não

*****ATENÇÃO***** Após alterar com essa opção marcada, não poderá mais alterar nenhum dado no formulário. A avaliação terá início quando todos os documentos forem corretamente encaminhados.

Confirmo o envio para o CFP

* É necessário clicar no botão alterar/incluir para salvar o conteúdo da aba

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação psicológica brasileira encontra-se em um momento de grande desenvolvimento, o que inclui a qualificação de testes psicológicos e a preparação da psicóloga e do psicólogo de processos avaliativos qualificados. Sensível a isto, a CCAP propõe essa versão revisada e ampliada do Guia Prático de Elaboração e Submissão de Testes Psicológicos ao Satepsi. A partir das orientações descritas, tem-se a expectativa que este texto facilite o aprimoramento dos manuais técnicos de testes psicológicos, de modo a torná-los mais compreensíveis ao leitor, possibilitando que as psicólogas e os psicólogos usuários dos testes psicológicos possam conduzir Avaliações Psicológicas mais justas e equitativas. Espera-se contribuir para implementação de esforços de combate à discriminação ou injustiças relacionadas a estas configurações sociais.

REFERÊNCIAS

American Educational Research Association, American Psychological Association, National Council on Measurement in Education, Joint Committee on Standards for Educational and Psychological Testing (U.S.). (2014). Standards for educational and psychological testing. Washington, DC: AERA. <https://www.intestcom.org/page/14>

Conselho Federal de Psicologia (2011). Ano da avaliação psicológica: Textos geradores. Brasília, DF.

Conselho Federal de Psicologia. (2013). Relatório do ano temático da avaliação psicológica 2011/2012. Brasília, DF.

Conselho Federal de Psicologia (2022). Resolução CFP nº 31, de 15 de dezembro de 2022. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI e revoga a Resolução CFP nº 09/2018. [S.l.: s.n.], 2022

Henrich, J., Heine, S. J., & Norenzayan, A. (2010). The weirdest people in the world?. *The Behavioral and brain sciences*, 33(2–3), 61–135. <https://doi.org/10.1017/S0140525X0999152X>



Conselho
Federal de
Psicologia

ISBN: 978-65-981913-4-4



9 786598 191344